

## LEIA-SE:

PROCESSO Nº 341/84-MG - ZIAD AMINE ABOU CHACRA  
 PROCESSO Nº 357/84-MG - GIOVANNINA SERAFINI  
 PROCESSO Nº 2195/84-RJ - ANTONIO JACINTO CASTELHANO E ALZIRA DA CONCEIÇÃO GRILLO CASTELHANO  
 PROCESSO Nº 2534/84-RS - MAHMUD ABDELKARIM  
 PROCESSO Nº 3193/84-RJ - LUIS ANDRES GARCIA CARAZAS, ETELVINA GLADYS PIANA DE GARCIA, MARIA LUISA GARCIA PIANA, MARIA ISABEL GARCIA PIANA E PATRICIA JOANNA GARCIA PIANA

Na edição do Diário Oficial-Seção I, página 10 621, de 20 de julho de 1984.

## ONDE SE LÊ:

PROCESSO Nº 6 706/83 - JOSEFA DA SILVA ELISALDE  
 PROCESSO Nº 406/84 - MARIA LUISA MARCET SOLER  
 PROCESSO Nº 565/84 - PAULO CESAR BECERRA RISCO E ANA CAROLINA BECERRA RISCO  
 PROCESSO Nº 1 854/84 - MONIQUE GERMAINE HELENE HENRY

## LEIA-SE:

PROCESSO Nº 6 706/83-RS - JOSEFA DA SILVA ELISALDE  
 PROCESSO Nº 406/84-MG - MARIA LUISA MARCET SOLER  
 PROCESSO Nº 565/84-AL - PAULO CESAR BECERRA RISCO E ANA CAROLINA BECERRA RISCO  
 PROCESSO Nº 1 854/84-BA - MONIQUE GERMAINE HELENE HENRY

Na edição do Diário Oficial-Seção I, página 9187, de 27 de junho de 1984.

## ONDE SE LÊ:

PROCESSO Nº 1 438/83-SP - LI RU CHOU E JASMINE CHIN CHIH CHEN  
 PROCESSO Nº 2 873/84-BSB- YEUNG CHI YEUNG

## LEIA-SE:

PROCESSO Nº 1 438/83-SP - LIN RU CHOU E JASMINE CHIN CHIH CHEN  
 PROCESSO Nº 2 873/84-BSB- YEUNG CHI YUEN

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA QUADRAGESIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 25 (VINTE E CINCO) DE JUNHO DE 1984 (MIL NOVECENTOS E OITENTA E QUATRO).

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de 1984 (mil novecentos e oitenta e quatro), reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala 470 (quatrocentos e setenta), sob a égide de seu Presidente, Dr. PIO SOARES CANEDO. Presentes os Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, ANTONIO ZAPPALÁ, BENJAMIN MORAES FILHO, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, NABOR CESAR SIQUEIRA, RENÉ ARIEL DOTTI e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Em assuntos gerais o Senhor Presidente justificou a ausência do Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO COUO DE ASSIS e EVERARDO DA CUNHA LUNA. Em andamento o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre 17 (dezessete) de maio a 21 (vinte e um) de junho. Abrindo os trabalhos constantes da ordem do dia, o Senhor Presidente submeteu à aprovação do Colégio Conselho, a ata da reunião anterior, tendo sido aprovada com as emendas propostas pelos Senhores Conselheiros ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA e ANTONIO ZAPPALÁ. Prosseguindo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI que, apoiado nos subsídios oferecidos pelos Senhores Conselheiros ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR e JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, elaborou e relatou projeto de Resolução sobre a aplicação do § 3º do art. 2º do Código Penal, que trata "do cumprimento da pena de prisão em outra unidade da Federação". A matéria ora relatada foi amplamente debatida e, após acolher o Relatório e as considerações, o Conselho Nacional de Política Penitenciária aprovou, sem divergências de votos o texto definitivo da Resolução, na forma que segue transcrita: R E S O L U Ç Ã O Nº 0004/84, de 25 de junho de 1984. CONSIDERANDO que o Código Penal, em seu artigo 2º § 3º permite que as penas de reclusão e de detenção impostas pela Justiça de um Estado podem ser cumpridas em estabelecimento de outro Estado ou da União; CONSIDERANDO que o Projeto nº 1657, de Lei de Execução Penal, aprovado pelo Congresso Nacional, mantém a regra no interesse da Administração prisional, da segurança pública e do próprio condenado; CONSIDERANDO que o levantamento promovido pelo Departamento Penitenciário Federal (DEPEN) em abril deste ano demonstra a capacidade ociosa em estabelecimentos penais de algumas unidades federativas, em contraste com outros que revelam números de lotação muito acima das condições materiais e humana, R E S O L U E disciplinar o procedimento objetivando a transferência de condenados presos, entre as unidades da Federação, estabelecendo as normas abaixo enumeradas: 1ª - O condenado, com decisão transitada em julgado, primário ou reincidente, poderá requerer sua transferência para estabelecimento penal de outra unidade federativa, desde que compatível com a natureza da pena; 2ª - O requerimento deverá ser dirigido ao Conselho Nacional de Política Penitenciária pelo condenado, ou seu advogado, e prontamente remetido pela direção do estabelecimento penal, onde o condenado cumpre pena; 3ª - A Administração penitenciária instruirá o requerimento com cópia da carta de guia, informação da conduta carcerária e certidão dos assentamentos prisionais; 4ª - O Conselho Nacional de Política Penitenciária encaminhará os autos ao Departamento Penitenciário Federal, que diligenciará sobre a: I) obtenção de pronunciamento da Administração penitenciária da unidade federativa, para onde se pretende a transferência; II) compatibilidade da transferência com o regime de execução da pena; III) avaliação do risco para o fiel cumprimento da condenação. 5ª - Instruído, o procedimento retornará ao Conselho que designará rela-

tor; 6ª - O pedido de transferência deverá ser examinado, também, à luz da conveniência e oportunidade de ajustar-se o condenado ao seu ambiente de origem, ou residência familiar; 7ª - A deliberação do Conselho será encaminhada à autoridade judiciária competente, do local onde o condenado cumpre pena, a fim de decidir sobre o pedido; 8ª - As despesas com a transferência serão suportadas pelo requerente, ou pela Administração penitenciária, quando considerada de interesse público. Prosseguindo os trabalhos o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Conselheiro SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO que emitiu parecer sobre matéria oriunda do DEPEN, relativa à decisão do Egrégio Tribunal de Alçada de São Paulo, pertinente à nomeação de egresso, cassada, sob o fundamento de sua condição de ex-presidiário. Em seu parecer o relator desenvolveu minucioso estudo sobre o assunto e, ponderando por alguns dados que virão a completar o exame da matéria, propôs então, para que se "forme processo, mas que, fique sobrestado até que instruído com todas as decisões judiciais e já firmemente julgado o mandado de segurança, possa ele vir a exame e deliberação do Egrégio Conselho". Ao concluir cumprimentou o Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, Diretor-Geral do DEPEN, pela excelência do trabalho em-apreço. À oportunidade o Senhor Conselheiro ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, sugeriu a distribuição de cópias do trabalho elaborado pelo DEPEN, bem como do Parecer, ora aprovado por unanimidade dos presentes. Com a palavra, agora, o Senhor Conselheiro JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, que à oportunidade teceu considerações elogiosas ao alcance da Portaria Ministerial pertinente à criação do Núcleo da Escola Penitenciária Nacional, concluindo suas considerações pela indicação do Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, como representante do CNPP junto ao dirigente do Núcleo da Escola ora criada. Sua indicação foi ratificada pelo Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI. Aludindo-se à indicações para a implementação da escola, o Senhor Presidente informou que elas serão feitas, oportunamente, de acordo com o Exmº Senhor Ministro da Justiça, a fim de que sejam assimiladas em conjunto. Extra-pauta foram colocados os seguintes temas: a) pelo Senhor Presidente Dr. PIO SOARES CANEDO, foi transmitido ao Ex-Conselheiro NEGI CALIXTO, votos de profícua gestão junto ao Tribunal de Alçada do Estado do Paraná, recentemente que foi, nomeado Desembargador daquele Egrégio Tribunal. À Solenidade de posse, o Senhor Presidente designou o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, para representar o CNPP, naquele evento; e nesse sentido foi expedido telex ao homenageado. b) pelo Senhor Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO, foi proposto votos de regozijo ao Senhor Ministro ABI-ACKEL, pela concretização do ato que possibilitou a realidade da Escola Penitenciária Nacional; c) pelo Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ, foi informado de que a data de realização do Congresso de Criminologia em Londrina, e do qual será o Secretário Executivo, ficou confirmada para o período de 27 a 30 de outubro próximo; d) pelo Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA, foi hipotecado votos de louvor ao Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, pela viabilização da aquisição de tratores para os Sistemas Penitenciários de Goiás e Amazônia Legal; e) pelo Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, foram hipotecados ao Senhor Presidente do CNPP e a sua Secretária-Executiva, o reconhecimento pela atenção e apoio às Comissões de Reforma do Sistema Penal Brasileiro. Tendo em vista o adiantado tempo, o Senhor Presidente transferiu outros assuntos constantes da pauta, para a próxima reunião. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO  
 Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
 Secretária Executiva - CNPP

## Ministério da Marinha

## GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.216, DE 27 DE JULHO DE 1984

Aprova os Planos de Aplicação das dotações relativas ao Crédito Suplementar concedido pelo Decreto nº 89.728, de 04/06/84.

O MINISTRO DE ESTADO DA MARINHA, usando das atribuições que lhe confere o artigo 71, item III, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967,

## R E S O L V E:

Art. 1º - Aprovar os Planos de Aplicação nºs. 0004 e 0005/84 que a esta acompanham, referentes a Crédito Suplementar (Elemento de Despesa 4130) concedido pelo Decreto nº 89.728, de 04/6/1984, destacado para a Secretaria-Geral da Marinha, consoante a classificação e valores abaixo:

2802.0310.0557.019	- Plano Setorial para os Recursos do Mar.....CR\$	586.850.000,00
2802.0310.0557.020	- Missão Antártica.....CR\$	2.831.025.000,00

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na presente data.

ALFREDO KARAM